

# DOMÍNIO GRAMATICAL DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA EXIGÊNCIA INDISPENSÁVEL À ASCENSÃO PROFISSIONAL POR MEIO DE CONCURSOS PÚBLICOS DE ALTO PADRÃO

*Data de submissão: 26/07/2023*

*Data de aceite: 03/08/2023*

**Jéssica de Almeida Fernandes Moraes**

Programa de Pós-graduação em Língua  
Portuguesa, PUC-SP  
Taubaté – SP

<https://lattes.cnpq.br/3751598694659232>

**RESUMO:** O presente artigo busca demonstrar que o domínio gramatical é uma exigência indispensável à ascensão profissional com base em concursos públicos de alto padrão. É necessário disponibilizar o conhecimento da gramática normativa para que o usuário da língua demonstre excelente desempenho linguístico em relação ao domínio da gramática, para alcançar o objetivo profissional de ocupar cargos públicos relevantes. O objetivo da análise deste trabalho é ressaltar a importância do ensino de gramática, que influencia diretamente na ascensão profissional de um indivíduo. Este artigo busca verificar em livros bibliográficos argumentos que apoiem a influência do ensino de gramática normativa visando o melhor domínio da norma-padrão da língua portuguesa para atender as exigências relacionadas à gramática normativa em concursos públicos de alto padrão. O aporte

teórico que fundamenta este trabalho é formado por Abreu (2022); Bechara (2019), Brasil (BNCC, 2018); Castilho e Elias (2021); Lopes-Rossi (2010); Neves (2011, 2012); Paula (2011); Rego (2007); Silva (2010); Travaglia (2004, 2009); Zuin e Reyes (2010).

**PALAVRAS-CHAVE:** gramática; norma-padrão; ascensão profissional; concursos públicos.

## GRAMMATICAL MASTERY OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: AN INDISPENSABLE REQUIREMENT FOR PROFESSIONAL ADVANCEMENT THROUGH HIGH- STANDARD PUBLIC COMPETITIVE EXAMS

**ABSTRACT:** The present article aims to demonstrate that grammatical mastery is an indispensable requirement for professional advancement based on high-standard public competitive exams. It is necessary to provide knowledge of normative grammar so that the language user can demonstrate excellent linguistic performance regarding grammar proficiency, to achieve the professional objective of occupying relevant public positions. The objective of the analysis in this work is to highlight the importance of

grammar instruction, which directly influences an individual's professional advancement. This article seeks to examine arguments from bibliographic sources supporting the influence of normative grammar instruction in order to achieve better command of the standard norm of the Portuguese language to meet the requirements related to normative grammar in high-standard public competitive exams. The theoretical framework that underpins this work consists of Abreu (2022); Bechara (2019), Brasil (BNCC, 2018); Castilho e Elias (2021); Lopes-Rossi (2010); Neves (2011, 2012); Paula (2011); Rego (2007); Silva (2010); Travaglia (2004, 2009); Zuin e Reyes (2010).

**KEYWORDS:** grammar; standard norm; professional advancement; public competitive exams.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo busca demonstrar que o domínio gramatical é uma exigência indispensável à ascensão profissional com base em concursos públicos de alto padrão. Para que haja essa contribuição é primordial considerar a introdução da gramática normativa como parte importante no ensino para cada indivíduo.

De acordo com Rego (2000, p. 59) “Aos poucos as interações com seu grupo social e com outros objetos de sua cultura passam a governar o comportamento e o desenvolvimento de seu pensamento”. Ou seja, o meio influencia diretamente no comportamento e no desenvolvimento do ser humano; portanto, se o ensino de gramática for prioridade em cada etapa da vida do indivíduo, certamente essa competência fará parte dele, de acordo com a norma-padrão, naturalmente.

É necessário disponibilizar o conhecimento da gramática normativa para que o usuário demonstre excelente desempenho linguístico em relação ao domínio das regras da língua escrita, sem esse requisito é improvável que o ser humano consiga interação em diferentes grupos sociais, principalmente para ascender profissionalmente.

Conforme o pensamento de Abreu (2022), o conhecimento gramatical possibilita domínio e confiança em diferentes contextos, para isso o autor afirma: “Convicto de que o entendimento efetivo da gramática é uma poderosa ferramenta de controle e segurança – não apenas para estudantes, mas também para qualquer profissional – e que facilita enormemente a tarefa de ler e escrever [...]” (ABREU, 2022, p. 23).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a exigência de conhecimento gramatical, de acordo com a norma-padrão, nos editais de concursos públicos de alto padrão, para ressaltar a importância do ensino de gramática, que influencia diretamente na ascensão profissional. Cada falante da língua necessita de um bom desempenho linguístico para apresentar-se em diferentes situações de interação, sem o qual não é possível obter uma carreira excelente.

Para cada tentativa de ascensão profissional, por meio de concursos com cargos públicos e relevantes, é preciso demonstrar domínio de gramática, segundo a norma-padrão. Não é possível ascender profissionalmente por meio de concursos públicos sem

excelente conhecimento e bom desempenho em gramática normativa.

Por isso, este artigo busca verificar e fundamentar a pesquisa em livros bibliográficos e em teóricos da área de língua portuguesa e ensino, com materiais que incitam argumentos que apoiem a influência do ensino de gramática normativa, visando o melhor domínio da norma-padrão da língua portuguesa, para atender às exigências relacionadas à gramática normativa em concursos públicos de alto padrão.

O aporte teórico que fundamenta este trabalho é formado por Abreu (2022); Bechara (2019); Brasil (BNCC, 2018); Castilho e Elias (2021); Lopes-Rossi (2010); Neves (2011, 2012); Paula (2011); Rego (2007); Silva (2010); Travaglia (2004, 2009); Zuin e Reyes (2010).

## **2 | O ENSINO DE GRAMÁTICA**

A Gramática Normativa estabelece o conjunto de regras que regem a língua, por meio dela são apresentados mecanismos que podem ser considerados adequados ou inadequados, de acordo com o que determina a norma-padrão. Por isso, é indispensável o domínio de gramática, visto que esse domínio alcança diretamente várias áreas da vida de um indivíduo.

Com estudos baseados em teorias diversas que apoiam a tese do ensino de gramática nas escolas, é possível apontar a eficácia de tal afirmação. Essas teorias defendem que se houver domínio da norma-padrão o indivíduo adquire condições para ascender profissionalmente, afinal para determinados cargos é necessário o conhecimento profundo da língua portuguesa, seja ela na modalidade falada ou, principalmente, na modalidade escrita.

### **2.1 O ensino de gramática para falantes nativos de língua portuguesa**

O ensino de língua escrita para quem já domina a língua falada é um desafio, visto que o ser humano se considera conhecedor por fazer parte de sua essência desde que aprende a falar. Pois, como afirma Lopes-Rossi (2010), “...pode-se dizer que há na mente de todo falante nativo de uma língua um certo conhecimento que se chamou de “gramática internalizada”. (LOPES-ROSSI, 2010, p. 5)

Com base nesse desafio, é necessário abordar o contexto da educação brasileira, principalmente em relação à língua portuguesa, falada ou escrita. Segundo Paula (2011), é possível afirmar que “A gramática em razão de sua característica classificatória, é disciplinadora (talvez por isso seja tão rejeitada) e acaba sendo um dispositivo de controle”. (PAULA, 2011, p. 7)

Por essas e outras razões é que Paula (2011) afirma: “O indivíduo é, nas suas manifestações verbais, aquilo que seu lugar social permite que ele seja.” (PAULA, 2011,

p.11)

Com base nos pressupostos apresentados, observa-se que, “Ensinar gramática para a aquisição da norma-padrão é um dever que não deve ser deixado de lado.” (PAULA, 2011, p.16) Ao contrário, por esse pretexto há muita responsabilidade no ensino específico das regras gramaticais.

Afinal, “Aprender gramática é, segundo esse ponto de vista, favorecer a tomada de consciência dos aspectos formais da língua, o que confere ao aluno o domínio sobre as operações linguísticas que deseja realizar.” (SILVA, 2010)

Conseqüentemente, após ser apresentado o conjunto de regras, dependendo da situação, cada um pode alcançar condições de usufruir do conhecimento adquirido a seu favor, sabendo se portar de acordo com o que exige cada grupo social, principalmente no grupo profissional.

## 2.2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Atualmente, para atender à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), existe um documento brasileiro com força de lei, formulado com o objetivo de reunir e implantar os conteúdos a serem trabalhados ao longo de todos os níveis da educação básica brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro.” (BRASIL, 2018, p. 5). A BNCC tem como propósito a seguinte definição:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p. 7)

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 205, prescreve que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A BNCC converge o que prevê a lei descrita no Artigo 205, da Constituição Federal, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mais especificamente, nesse caso, no Inciso IV do Artigo 9º, o qual afirma que é dever da União:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

O direcionamento estabelecido pela BNCC apresenta, com base na LDB, no Artigo 36, parágrafo 1º, aponta que: “A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas **competências e habilidades** será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino” (BRASIL, 2017; ênfases adicionadas). Ou seja, a educação básica deve ser fundamentada para desenvolver competências e habilidades ao longo da formação do indivíduo. Então:

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. (BRASIL, 2018, p. 62)

A proposta de ensino, conforme fundamentada na BNCC, concorda com a ideia que o docente deve ensinar muito além da matéria gramatical, criando situações didáticas que levarão o aluno a refletir e a pensar. Dessa maneira, o aprendiz irá obter uma reflexão crítica, transformando-se em um verdadeiro cidadão, capaz de optar quais caminhos profissionais quer seguir. Sendo assim, a BNCC afirma:

Para isso, é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação e o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes. (BRASIL, 2018, p. 486)

Fica evidente que a escola deve observar e esclarecer que existem formas diferentes de falar, ao ensinar a língua escrita e a língua falada, conforme a norma-padrão. No Brasil, há uma variação linguística, devido a fatores geográficos, socioeconômicos, de faixa etária e outros; porém apesar de todos os fatos apresentados não é possível negar a existência de um padrão. Nesse caso, é necessário disponibilizar ao indivíduo todo o conhecimento para que haja condições de escolha em diferentes ocasiões que requeiram a utilização da linguagem, seja falada ou escrita.

É necessário que haja o conhecimento gramatical para que seja cumprida a seguinte proposta de ensino descrita na BNCC:

O campo das práticas de estudo e pesquisa abrange a pesquisa, recepção, apreciação, análise, aplicação e produção de discursos/textos expositivos,

analíticos e argumentativos, que circulam tanto na esfera escolar como na acadêmica e de pesquisa, assim como no jornalismo de divulgação científica. O domínio desse campo é fundamental para ampliar a reflexão sobre as linguagens, contribuir para a construção do conhecimento científico e para aprender a aprender. (BRASIL, 2018, p. 488)

Nesse caso, as orientações descritas são específicas para o Ensino Médio, e mais adiante, no documento é confirmada a importância do desenvolvimento das competências e habilidades para o ensino de língua portuguesa para determinado propósito, conforme exposto:

O campo das práticas de estudo e pesquisa mantém destaque para os gêneros e as habilidades envolvidos na leitura/escuta e produção de textos de diferentes áreas do conhecimento e para as habilidades e procedimentos envolvidos no estudo. Ganham realce também as habilidades relacionadas à análise, síntese, reflexão, problematização e pesquisa: estabelecimento de recorte da questão ou problema; seleção de informações; estabelecimento das condições de coleta de dados para a realização de levantamentos; realização de pesquisas de diferentes tipos; tratamento de dados e informações; e formas de uso e socialização dos resultados e análises. (BRASIL, 2018, p. 504)

### **3 | PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

#### **3.1 A abordagem de Rego em Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação.**

De acordo com a tese de Vygotsky, um dos maiores teóricos relacionados à educação, apresentada por Rego (2007): “Aos poucos as interações com seu grupo social e com outros objetos de sua cultura passam a governar o comportamento e o desenvolvimento de seu pensamento”. (REGO, 2007, p. 59). O ensino de gramática é essencial para o indivíduo, pois está intimamente ligado à sua inserção na sociedade.

Por isso, pode-se dizer que: “assim, o desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro” (REGO, 2007, p. 61), ou seja, é necessário que haja ênfase na escola quanto ao que se quer como resultado, mesmo depois dela, assim sendo, é indispensável considerar a ideia de que o ensino de gramática pode e deve ser abordado com mais seriedade pelos mediadores do conhecimento, os professores.

“Quando internalizados, estes processos começam a ocorrer sem a intermediação de outras pessoas”. (REGO, 2007, p. 61). O professor tem papel fundamental nessa fase em que o conhecimento é internalizado e, após o período de aquisição de cada ser humano, tudo o que foi exposto, de alguma forma, tem como resultado ser interiorizado; eximindo, mais tarde, a fundamental presença do professor como mediador.

Posterior ao trabalho de apresentação da língua a um ser humano, o próximo passo é apresentar a linguagem escrita, processo diferente do anteriormente abordado e citado por Rego, baseado em Vygotsky, da seguinte maneira: “O aprendizado da língua escrita

representa um novo e considerável salto no desenvolvimento da pessoa”. (REGO, 2007, p. 68).

Partindo desses princípios, pode ser apontada a hipótese que leva em consideração que cada aprendizado é válido, que somados a novos conhecimentos fazem com que o indivíduo seja capaz de trilhar melhores caminhos, em relação à área profissional. “Segundo Vygotsky, o aprendizado de modo geral e o aprendizado escolar em particular, não só possibilitam como orientam e estimulam processos de desenvolvimento”. (REGO, 2007, p. 75).

Assim, justifica-se a defesa do ensino de gramática na escola desde os primeiros níveis da educação básica, para que esse processo seja realizado e tenha como produto o domínio gramatical e a possibilidade de ascensão profissional a qualquer ser humano, independentemente do contexto social em que este convive. Considerando a relevância desse princípio que é o conhecimento gramatical, é imprescindível que haja apresentação e construção do conceito da gramática normativa nas salas de aula.

### 3.2 A abordagem de Travaglia

Segundo Travaglia (2004), pelo fato de haver variedade em uma determinada língua, existe a necessidade do ensino desta, respeitando a pluralidade, de acordo com o autor:

A gramática de uma língua tem muitas facetas que começa pela própria existência dos vários níveis e planos da língua e continuam pela existência de variedades (dialetos, registros, modalidades) diversas da língua, com aspectos particulares em sua gramática. [...] Dessa forma, a gramática não é um fato ou fenômeno singular, mas um fato ou fenômeno plural. Assim sendo, seu ensino nunca poderá ser algo que tem uma abordagem, finalidade ou metodologia única, o ensino de gramática é plural e, como profissionais da língua [...], precisamos estar preparados para trabalhar com esta pluralidade, com muitos aspectos sociais, ideológicos, científico-epistemológicos, políticos, educacionais envolvidos, entre outros (TRAVAGLIA, 2004, p. 9)

Dessa forma, fica evidente que o ensino de gramática de língua portuguesa não pode ser realizado de maneira isolada, mas precisa estar inserido em contextos diversos. Conforme o pensamento do pesquisador, pode-se afirmar que:

É o domínio (não necessariamente explícito, consciente) e o manuseio adequado dessas condições de significação que tornam o usuário da língua realmente competente, por isso não se pode relegar a segundo plano esta faceta da pluralidade do ensino de gramática (TRAVAGLIA, 2004, p. 12)

Nesse caso, ao buscar implantar adequadamente o ensino de gramática, é necessário seguir as exigências da norma-padrão, considerando a variedade presente na língua, pois:

Se entender a gramática não como teoria linguística, mas como o conjunto de conhecimentos linguísticos que um usuário da língua tem internalizados para uso efetivo em situações concretas de interação comunicativa, então,

sem dúvida, a gramática tem tudo a ver com qualidade de vida, pois quanto mais recursos, mecanismos, estratégias da língua o usuário dominar, melhor desempenho linguístico terá. (TRAVAGLIA, 2004, p. 17)

Desse modo, é notória a necessidade de um falante nativo conhecer profundamente a própria língua materna, para que este tenha condições de usá-la como pretender. Mas para alcançar esse objetivo: “é preciso realizar um ensino que faça da gramática um instrumento, entre outros, para a obtenção de maior qualidade de vida, que permita às pessoas viverem de forma melhor.” (TRAVAGLIA, 2004, p. 20).

A partir dessa perspectiva, pode-se concluir que: “Esse conhecimento seria importante na mesma medida em que se considera importante conhecer outras instituições de nossa sociedade, tais como: casamento, religiões, justiça, Congresso, instituição bancária”. (TRAVAGLIA, 2009, p. 20). O que justifica que o ensino da gramática normativa e o domínio gramatical adquirido promovem a possibilidade de uma ascensão profissional a qualquer indivíduo.

Conforme Travaglia: “Ao ensinarmos gramática queremos que o aluno domine a língua para ter uma competência comunicativa nessa língua” (TRAVAGLIA, 2009, p. 107). Sendo assim, o aluno pode selecionar o tipo de linguagem que será utilizada em determinado contexto social em que este estiver inserido.

O conhecimento gramatical proporciona ao falante a seleção de palavras adequadas a serem expostas num dado contexto social. Isso é confirmado ao considerar que: “A gramática de uso é não-consciente, implícita e liga-se à gramática internalizada do falante.” (TRAVAGLIA, 2009, p.110)

Esse domínio da gramática normativa, de acordo com a norma-padrão, ao ser devidamente gerado no falante, oportuniza a reflexão deste, fazendo com que sejam desenvolvidas as competências previstas na BNCC, pois:

A gramática reflexiva, segundo Soares (1979: capítulo 9), é uma gramática sem explicitação, que surge da reflexão com base no conhecimento intuitivo dos mecanismos da língua e será usada para o domínio consciente de uma língua que o aluno já domina inconscientemente. (2009, p.142)

Porém, para chegar ao nível de uma gramática internalizada que atenda à norma-padrão, o ser humano precisa ser ensinado sobre as regras da gramática normativa, e, assim alcançar as competências e habilidades descritas na BNCC, além de facilitar a ascensão profissional por meio de concursos públicos de alto padrão.

A defesa da ideia de que não há como separar a aprendizagem, especificamente de gramática normativa, dos resultados na vida profissional de um indivíduo está estabelecida diante de tais argumentos. São pontos interligados, pois para uma ascensão profissional de alto nível é preciso demonstrar domínio da linguagem de acordo com a norma-padrão, que rege a língua portuguesa. Não há como ocupar um cargo de padrão elevado sem conhecer e dominar as exigências da língua escrita.

### 3.3 A abordagem de outros gramáticos normativos

Não se pode dissociar a “interação social, porque a linguagem é sempre um estar no mundo com os outros, não como indivíduo particular, mas como parte do todo social.” (BECHARA, 2019, p. 33). Porém, a língua mantém uma estrutura básica (mas complexa) para conservar o idioma.

É fato que existe uma gramática internalizada, conforme afirma Abreu (2021): “De modo prático, podemos dizer que as regras da gramática na nossa língua estão internalizadas dentro de nossas mentes e sua utilização é inconsciente.” (ABREU, 2022, p. 27). Mas, é necessário que o conhecimento gramatical, de acordo com a norma-padrão, seja disponibilizado na educação básica, pois: “A língua não é ‘imposta’ ao homem; este se ‘dispõe’ dela para manifestar sua liberdade expressiva.” (BECHARA, 2019, p. 33)

Da mesma forma, Bechara (2019) também afirma:

A norma contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz ‘assim, e não de outra maneira’. É o plano de estruturação do saber idiomático que está mais próximo das relações concretas. O sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura. (BECHARA, 2019, p. 46)

Em consonância com o pensamento de Bechara (2019), Castilho e Elias também declaram: “É evidente que podemos e devemos ensinar a modalidade escrita, e também como se deve manejar o idioma em sua modalidade culta, padrão. Essa é a língua do Estado, de que devemos nos apropriar, pois ela promove socialmente seus usuários. (CASTILHO; ELIAS, 2021, p. 14)

De acordo com esses gramáticos, saber a norma-padrão possibilita o indivíduo selecionar o contexto social e o determinado rumo profissional que se quer alcançar. Nesse sentido, Bechara (2019) expõe que: “A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.” (BECHARA, 2019, p. 55)

Conforme aponta Bechara (2019): “Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social.” (BECHARA, 2019, p. 55)

Por essa razão, o indivíduo conhecedor profundo das normas da própria língua, pode dominar com mais eficiência e eficácia a língua materna, e, desse modo, utilizá-la para benefício próprio em detrimento da ascensão profissional.

## **4 | O DOMÍNIO DE GRAMÁTICA COMO UM MEIO DE MELHOR DESEMPENHO PROFISSIONAL**

O motivo pelo qual o domínio gramatical é considerado um meio de acesso a altos níveis em relação à vida profissional de um indivíduo está claro nas palavras: “Acreditamos que, à escola, cabe o papel de minimizadora das diferenças por meio de difusão de saberes específicos para a prática profissional do homem.” (PAULA, 2011, p. 16) O propósito do ensino de gramática vai além do saber as regras e saber falar bem.

Por isso, “O desenvolvimento da escrita e da fala deveria ser prática diária de professores e alunos, com a finalidade de que houvesse uma perspectiva, mesmo que utópica, de construção de um mundo mais justo.” (PAULA, 2011, p. 16) Com a abordagem minuciosa da Gramática Normativa é possível transformar a dura realidade de um ser humano.

É possível, por meio da competência gramatical, proporcionar uma grande transformação em um indivíduo, ao ponto de fazê-lo ascender profissionalmente pelos conhecimentos que ele adquiriu em sua jornada no ensino ao longo de sua vida; podendo influenciá-lo diretamente em relação a quais cargos escolher, pois o conhecimento lhe capacitará para realizar qualquer tipo de atividade.

## **5 | A EXIGÊNCIA DE GRAMÁTICA EM CONCURSOS PÚBLICOS DE ALTO PADRÃO**

A gramática é mais que indispensável à ascensão profissional, ela é essencial, conforme afirma Zuin e Reyes (2010), “aprender a língua significa aprender seus significados culturais e os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas” (ZUIN; REYES, 2010, p.23)

Ao analisar alguns concursos públicos, considerados excelentes, pode-se observar que o domínio da norma-padrão da língua portuguesa é importante para que o indivíduo tenha condições de ascender profissionalmente. Pois, sem o conhecimento sobre a norma-padrão não há como um ser humano, apenas como falante, modificar sua realidade para melhor.

Porém, apesar de esse ser o caminho para a mudança na realidade profissional, é a escola que possui o papel modificador e motivador nesse processo de transição relacionado à posição social. Se as instituições de educação deixarem de exercer o papel que lhes cabe, não haverá possibilidade de transformação na área financeira e profissional dos alunos, futuros trabalhadores.

### **5.1 Diplomacia**

O cargo de diplomata exige um alto conhecimento da norma-padrão da língua

portuguesa. Há em todos os concursos para diplomacia um elevado número de questões com abordagem específica em gramática; e o grau de dificuldade não é adequado a quem possui um conhecimento superficial do assunto, ao contrário, é necessário demonstrar profundidade em relação à língua escrita. Conforme o edital a seguir:

#### ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
LÍNGUA PORTUGUESA (Primeira e Segunda Fases): 1 Língua portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2 Morfossintaxe. 1.3 Semântica. 1.4 Vocabulário. 2 Leitura e produção de textos: 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos escritos em língua portuguesa. 2.2 Conhecimentos de linguística, literatura e estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual; consistência argumentativa; progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Figura 1: Edital Nº 1, de 28 de junho de 2023, Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Cada concurso é realizado, em média, por meio de uma prova escrita, dividida entre duas etapas com algumas questões objetivas (na primeira etapa), e com questões discursivas com redação e a segunda parte formada por interpretação de textos (na segunda etapa).

Portanto, alguém que seja candidato a essa ascensão profissional deve estar bem-preparado desde os primeiros anos do ensino fundamental, pois não é possível adquirir tantos conhecimentos da língua portuguesa em pouco tempo. Mas, o conhecimento da norma-padrão deve ser acrescentado ao longo da vida do aluno, para que quando for necessário haver uma profissão, seja por escolha e não por falta de opção.

## 5.2 Departamento de Polícia Federal – Delegado

Para concorrer ao cargo de Delegado de Polícia Federal é necessário atestar bom desempenho de gramática de acordo com as regras que regem a norma-padrão da língua portuguesa. O indivíduo que deseja concorrer a este cargo precisa ter conhecimento na área normativa da língua escrita, desde os primeiros anos no ensino fundamental até finalizar a faculdade. Conforme o edital a seguir:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

Figura 2: Edital Nº 1 – DGP/PF, de 15 de janeiro de 2021, Cargo de Agente de Polícia Federal

O concurso é constituído de uma prova objetiva com partes que abordam a gramática normativa dentro de textos e, também, com interpretação; após ser realizada a

etapa objetiva, há uma prova discursiva composta por textos de coletânea e o candidato deve redigir uma redação dissertativa.

Para esse cargo também é necessário estar bem instruído gramaticalmente, pois o nível de exigência do concurso não contempla todos os patamares de competência da norma-padrão, mas é possível obter ao ofício se houver domínio dessa competência.

### 5.3 Auditoria Fiscal – Receita Federal

À auditoria fiscal é indispensável revelar um conhecimento mais aprofundado da gramática normativa da língua portuguesa. O concurso para auditor fiscal é bastante concorrido, porém se não houver o domínio da norma-padrão o candidato pode deixar de ascender profissionalmente a tal ofício.

Esse concurso é estabelecido por questões objetivas de língua portuguesa, dentre elas há exercícios com interpretação de texto, gramática dentro do texto e análise gramatical em frases isoladas. Entretanto, em todas as questões é preciso ter noção das regras e exceções das regras gramaticais. Conforme o edital a seguir:

**AUDITOR-FISCAL**  
**MÓDULO I – CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Língua Portuguesa:** Elementos de construção do texto e seu sentido; gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo; variação linguística: norma culta. **Observação:** os itens deste programa serão considerados sob o ponto de vista textual, ou seja, deverão ser estudados sob o foco de sua participação na estruturação significativa dos textos.

Figura 3: Edital – Nº 1/2022 – RFB, de 2 de dezembro de 2022, Cargo de Auditor Fiscal

O indivíduo que demonstrar conhecimento pleno da norma-padrão da língua portuguesa pode ser admitido ao ofício que por conter boa remuneração é requisitado por pessoas que visam a um alto padrão de vida.

### 5.4 Procurador – Banco Central

O cargo para Procurador do Banco Central é bastante cobiçado, pois oferece uma remuneração considerada alta. Porém, é impossível atingir esse determinado nível profissional sem demonstrar total domínio da norma-padrão da gramática. Conforme o edital a seguir:

**PROCURADOR**

**LÍNGUA PORTUGUESA:**

1. Compreensão e Interpretação de Textos. 2. Estrutura e Organização do Texto 3. Ortografia. 4. Semântica. 5. Morfologia. 6. Sintaxe. 7. Pontuação.

Figura 4: Edital BACEN Nº 1, de 24 de outubro de 2002, Cargo de Procurador

A prova é composta por questões objetivas de interpretação de texto, textos e frases isoladas com ênfase na gramática normativa, há também questões discursivas sobre análise de caso e questões para áreas específicas para cada nível superior concorrendo ao cargo.

O nível de exigência desse concurso é elevado, por isso é necessário atestar uma competência gramatical de acordo com a norma-padrão, pois sem o conhecimento de tal requisito não é possível a admissão ao cargo.

## 5.5 Polícia Rodoviária Federal – Agente

O cargo de agente da Polícia Rodoviária Federal é requisitado por se tratar de uma atividade bem remunerada. Nesse concurso é preciso dominar e atestar tal competência em relação à gramática normativa da língua portuguesa. Apesar de ser o que oferece a menor renda (dos concursos analisados), o nível de exigência gramatical muito profundo.

**LÍNGUA PORTUGUESA:** 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

Figura 5: Edital Concurso PRF Nº 1, de 18 de janeiro de 2021, Cargo de Policial Rodoviário Federal

O concurso é formado por questões de interpretação de texto e questões específicas para cada área de nível superior, variando de acordo com o que cada candidato tem como sua escolha para ofício e sua área de formação.

Consequentemente, por todas as condições gramaticais impostas é preciso demonstrar o conhecimento total das regras de acordo com a gramática normativa. Por meio desse domínio é possível a aprovação para o cargo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a noção e a experiência com a gramática normativa podem transformar a vida profissional de um indivíduo. Se a escola oferecer ao aluno a oportunidade de optar por um futuro profissional melhor, os resultados serão satisfatórios para muitos que, talvez, não possuiriam escolha, sem obter esse conhecimento; mas, para isso, é necessário que haja comprometimento com o ensino da gramática, de acordo com a norma-padrão.

Considerando que a profissão pode ser um divisor, é impossível pensar em êxito profissional sem haver conhecimento pleno da norma-padrão da língua portuguesa. Por meio dessa competência gramatical, é possível transformar a realidade profissional de um

indivíduo, e propiciar-lhe uma opção de ascensão profissional. Porque a exigência básica de muitos concursos, conforme apresentado neste trabalho, é relacionada à língua escrita. Portanto, para haver ascensão profissional, é necessário demonstrar conhecimento da norma-padrão. Cada oportunidade de atender a um ofício público de nível elevado está intimamente ligada à competência gramatical.

Conforme afirma Possenti (1996): “adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” (POSSENTI, 1996, p. 17). Pois, se não houver esse objetivo não há ascensão profissional.

Esse é o papel do domínio gramatical: proporcionar a ascensão profissional aqueles que se dedicam a aprender e compreender o funcionamento e as riquezas da língua portuguesa, falada ou escrita.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **Gramática Integral Da Língua Portuguesa: uma visão prática e funcional**. 2ª ed. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2022.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CASTILHO, A. T. de.; ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo - SP: Contexto, 2021.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. **Concepções de gramática, variação linguística e ensino**. Taubaté: Universidade de Taubaté, 2010. (Não publicado)

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português: confrontando regras e usos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAULA, Marcus Vinícius de. **Saberes, poderes, verdades: perspectivas filosóficas sobre o ensino de norma-padrão**. Taubaté: Universidade de Taubaté, 2011. (Não publicado)

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil)

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Elisabeth Ramos da. **A defesa de Vygotsky ao ensino da gramática**. Revista Philologus, Ano 16, nº 47. Rio de Janeiro; CiFEFiL, 8 maio/ago. 2010

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Gramática: ensino plural**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZUIN, Poliana Bruno.; REYES, Claudia Raimundo. **O ensino de língua materna: dialogando com Vygotsky, Bakhtin e Freire**. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.